LEI Nº 5.647, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

Cria, na Secretaria de Segurança, Transporte e Trânsito – SSTT, a Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal. Cria cargos em comissão e adicionais de dedicação plena no âmbito da Guarda Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

Art. 1º Esta Lei cria , na Secretaria de Segurança, Transporte e Trânsito – SSTT, a Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal. Cria cargos em comissão e adicionais de dedicação plena no âmbito da Guarda Municipal.

Art. 2º Ficam criadas, como órgãos dotados de autonomia própria, no âmbito da Secretaria de Segurança, Transporte e Trânsito – SSTT, a Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal, com os objetivos de, respectivamente, contribuir para elevar, continuamente, os padrões de transparência, presteza e segurança, nas atividades desenvolvidas pela Guarda Municipal, e o fortalecimento da cidadania, em face de irregularidades cometidas pelo efetivo da Corporação, e de apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes da Guarda Municipal, realizar visitas de inspeção e correções extraordinárias em qualquer unidade da Guarda Municipal, apreciar as representações, bem como promover investigações sobre o comportamento ético, social e funcional dos integrantes da Corporação.

Art. 3º A Ouvidoria será constituída por dois membros, sendo um no cargo de Ouvidor e um na função de Assessor do Ouvidor.

§ 1º A Ouvidoria acompanhará o andamento das demandas geradas pela comunidade, com o objetivo de prestar as devidas informações aos cidadãos.

§ 2º As solicitações e sugestões serão encaminhadas às áreas de competência, com cópia para o Secretário Municipal de Segurança Transporte e Trânsito.

§ 3º A Ouvidoria deverá dar retorno das demandas recebidas, sempre por escrito, levado ao conhecimento do Secretário Municipal de Segurança Transporte e Trânsito, de forma clara e objetivo, em prazo máximo de 30 dias.

§ 4º Caso não haja solução definitiva da demanda no prazo mencionado no parágrafo anterior, a Ouvidoria comunicará ao denunciante o andamento do processo.

§ 5º Para atender às demandas da comunidade, a Ouvidoria disporá dos seguintes instrumentos:

- I - sala da Ouvidoria, atendendo diretamente o cidadão;
- II - formulário, a ser preenchido pelo cidadão e depositado em urna instalada na Ouvidoria;
- III - reuniões periódicas junto à comunidade;
- IV – livro de registro de ocorrências.

Art. 4º À Ouvidoria da Guarda Municipal compete:

- I - receber, examinar e encaminhar reclamações, denúncias, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informação e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelos membros da Guarda Municipal;
- II - requisitar informações e realizar diligências visando à obtenção de informações, junto aos setores administrativos e órgãos auxiliares da Corporação, acerca de atos praticados em seu âmbito, encaminhando-as ao Corregedor da Guarda Municipal para a instauração de inspeções e correções, sindicâncias, inquéritos e processos administrativos disciplinares;
- III - promover a definição de um sistema de comunicação para a divulgação sistemática do seu papel institucional junto à sociedade;
- IV - informar ao interessado as providências adotadas pela Guarda Municipal em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;
- V - definir e implantar instrumentos de coordenação, monitoria, avaliação e controle dos procedimentos de ouvidoria;
- VI - elaborar e encaminhar, ao titular da Secretaria Municipal de Segurança Transporte e Trânsito, relatório trimestral referente às reclamações, denúncias, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões recebidas, bem como os seus encaminhamentos e resultados;
- VII - propor aos órgãos municipais as providências que julgar pertinentes e necessárias ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Guarda Municipal, visando ao adequado atendimento da sociedade e à otimização da imagem institucional.

Art. 5º A Corregedoria será constituída por dois membros, sendo um no cargo de Corregedor e um na função de Assessor de Corregedor.

Art. 6º À Corregedoria da Guarda Municipal compete:

- I - apurar as infrações disciplinares atribuídas aos servidores integrantes da Guarda Municipal;
- II - realizar visitas de inspeção e correções extraordinárias em qualquer unidade da Guarda Municipal;
- III - apreciar as representações que lhe forem dirigidas, relativamente à atuação irregular de servidores integrantes da Guarda Municipal;
- IV - promover investigações sobre o comportamento ético, social e funcional dos membros da Guarda Municipal, em especial daqueles em estágio probatório e dos indicados para o exercício de chefias e de funções de confiança, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- V - manifestar-se sobre assuntos de natureza disciplinar que devam ser submetidos à apreciação do titular da Secretaria Municipal de Segurança Transporte e Trânsito, bem como indicar ao Prefeito Municipal a composição das comissões sindicantes e processantes;
- VI - dirigir, planejar, coordenar e supervisionar as atividades, assim como distribuir as atribuições próprias da Corregedoria;
- VII - apreciar e encaminhar as representações que lhe forem dirigidas, relativamente à atuação irregular de servidores integrantes da Guarda Municipal, bem como propor ao Prefeito Municipal a instauração de sindicâncias administrativas e de procedimentos disciplinares para a apuração de infrações administrativas atribuídas aos referidos servidores;
- VIII - responder às consultas formuladas pelos órgãos da Administração Municipal sobre assuntos de sua competência;
- IX - determinar a realização de correções extraordinárias nas unidades da Guarda Municipal, remetendo, sempre, relatório reservado ao Secretário Municipal de Segurança Transporte e Trânsito;
- X - remeter, semestralmente, ao Secretário Municipal de Segurança Transporte e Trânsito, relatório circunstanciado sobre atuação pessoal e funcional dos servidores integrantes da Guarda Municipal em estágio probatório, propondo, se for o caso, a instauração de procedimento especial, observada a legislação cabível;
- XI - submeter, semestralmente, ao Secretário Municipal de Segurança Transporte e Trânsito

relatório circunstanciado e conclusivo sobre a atuação pessoal e funcional do servidor integrante da Guarda Municipal que for indicado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, observada a legislação aplicável;

XII - praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer das atribuições e competências das unidades ou dos servidores subordinados;

XIII - proceder, pessoalmente, as correições nas unidades da Guarda Municipal que lhe são subordinadas;

XIV - elaborar e encaminhar, trimestralmente, ao Secretário Municipal de Segurança Transporte e Trânsito relatório referente às representações que lhe forem dirigidas, quanto à atuação irregular de integrantes da Guarda Municipal, bem como sobre a instauração de sindicâncias administrativas e de procedimentos disciplinares para a apuração de infrações administrativas atribuídas aos referidos servidores, contendo os seus encaminhamentos e resultados.

Art. 7º A Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal passam a integrar a estrutura organizacional da SSTT, como órgãos autônomos e independentes, para os efeitos da Lei Municipal nº 5.231 de 07 de junho de 2006, e subsequentes alterações, que institui a Estrutura Administrativa Organizacional do Município de Pelotas.

Art. 8º Vetado.

Art. 9º Todos os cargos a que se refere o quadro do art. 8º desta Lei são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

Art. 10 As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no que couber.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 21 de dezembro de 2009.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado
Secretário de Governo